

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO II



COIMBRA / 1943

tinção (*História da Administração Pública*, i, pág. 106) que, aliás, todos os tratadistas mencionam.

Talvez fôssemos longe demais nos nossos reparos; mas entendemos que não era possível criticar com seriedade trabalho tão substancioso, deixando passar em julgado deficiências e equívocos que, se são, por vezes, muito graves, nem por isso conseguem apagar o valor de muitas observações perspicazes e, sobretudo, o real mérito que tem o carreamento de tão numerosos e tão úteis materiais.

TORQUATO DE SOUSA SOARES

MÁRIO BRANDÃO : *Coimbra e Z). Antônio Rei de Portugal* —

I-A Educação de D. António. Coimbra, 1939.

E esta uma das *Publicações do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra*, série que, apar de fontes do maior interesse para o estudo da história de Coimbra e da sua Universidade, incluye também monografias que muito contribuem para esclarecer e precisar pontos obscuros da nossa História.

A fecunda operosidade do Prof. Mário Brandão, a quem a cultura portuguesa deve a divulgação de tantos textos fundamentais especialmente para a história do nosso Renascimento, se fica a dever, com a publicação deste livro, mais um valiosíssimo subsídio para o seu estudo.

As circunstâncias do nascimento do futuro Prior do Crato — fundamentais como são para a questão da legitimidade e portanto do destino político de D. António e da nação — merecem, naturalmente, especial atenção a M. B., que procura tratá-las em todos os seus pormenores. Não pôde, no entanto, conhecer o processo de legitimação do filho da «Pelicana» senão através dos extractos publicados pelo Duque de Alba no seu estudo sobre *El proceso de ilegitimidad de D. Antonio, Prior de Crato, y su resistencia contra Felipe II*, pois o original, até então desconhecido, encon-

trava-se—e, felizmente, ainda se encontra—em Madrid, no arquivo da Casa de Alba, onde era impossível consultá-lo nesses anos de trágica agitação política (4).

Mas a originalidade e, portanto, o interesse deste estudo está, sobretudo, na reconstituição da vida académica de D. António — que é afinal a matéria do livro — reconstituição que é feita com uma preocupação de verdade que honra verdadeiramente o autor. São cinco substanciosos capítulos que tratam sucessivamente dos estudos que seguiu, primeiro nos colégios de Penha Longa e da Costa, como discípulo dos monges de S. Jerónimo, depois no mosteiro de Santa Cruz, e, finalmente, nos «Estudos» de Évora.

Os mestres, escolhidos por seu pai, o Infante D. Luís, foram os mesmos a quem D. João m confiara a educação do bastardo D. Duarte. O prestígio de que então gozavam os hieronimitas e o favor com que sempre os distinguiu o rei piedoso justificam a escolha.

Mas a decadência a que chegou o colégio da Costa, certamente depois da saída de Fr. Diogo de Murça, que D. João m nomeara reitor da Universidade, determinou certamente a saída de D. António que, depois de curta demora em Tomar, veio para Coimbra, onde passou, talvez, a freqüentar o colégio de S. Jerónimo que Frei Diogo transferira de S. Domingos para a própria Alcáçova, onde então residia.

Mas talvez razões de ordem disciplinar influíssem no ânimo de seu pai para promover a mudança do irrequieto escolar para o convento de Santa Cruz, «pois, para viver em religião, nenhuma outra casa da Europa oferecia, segando lhe parecia, melhores condições». Por isso, obtida a devida autorização de D. João m, D. António entra no mosteiro cruzio, talvez em Outubro de 1548. Então «para ele começou um longo retiro de estudo e oração de cerca de três anos».

Depois M. B., apesar da escassez documental, ocupa-se da disciplina da vida do futuro rei, servindo-se para tanto das cartas que o Infante D. Luís e D. Fr. Brás de Braga então dirigiram ao Prior do Santa Cruz; e, em seguida, procura averiguar quais

O Durante a guerra civil que devastou a Espanha em 1936-1939 foi o precioso núcleo documental recolhido nas caves do Banco de Espanha, escapando assim à destruição.

foram os mestres e educadores de D. António até a sua partida para Évora. Contra as falsidades de Fr. Nicolau de Santa Maria, mostra M. B. que o único professor que ensinou o filho de D. Luís, nos três anos e meio que durava o curso das Artes, foi Luís Alvares Cabral, que já o ensinara no colégio de S. Jerónimo, embora recebesse também explicações do grande humanista Dr. Fr. Brás de Braga.

Em seguida o autor expõe minuciosamente o regime de exames, especialmente quanto às classificações e às formalidades de que se revestiam, referindo-se depois à celebração, em sua honra, «de pomposas festividades académicas», nomeadamente a representação de uma tragédia ao que parece da autoria do célebre mestre do Colégio das Artes, Diogo de Teive.

Têm particular interesse as páginas que dedica aos contactos que D. António teve com D. João me a sua corte a quando da sua visita a Coimbra. A carta que em seguida o Infante D. Luís escreveu a seu filho — carta que M. B. transcreve integralmente — é na verdade um documento precioso, até sob o ponto de vista psicológico, como testemunho vivo da idéia que fazia da glória um príncipe da corte do rei piedoso, onde os problemas de cultura tomaram verdadeiramente o primeiro lugar. Por outro lado (e não está aí o menor interesse da carta), há nela o sentimento muito nítido de uma unidade espiritual que permite a D. Luís considerar o homem europeu como uma realidade tangível.

M. B. retoma em seguida a descrição da vida académica de D. António que, tendo-se bacharelado em Artes em 1550, se prepara para o exame de licenciatura, que se realizou, por especial concessão do rei, na sala do conselho de Santa Cruz, em 25 de Maio do ano seguinte. Alguns dias depois, o Infante recebia o grau de Mestre em Artes; e ainda nesse ano, em Julho, partia para Évora, por ordem expressa de seu pai, para aí continuar os estudos, agora sob a disciplina da Companhia de Jesus. E M. B. adianta: «D. Luís, convicto admirador da milícia de S. Inácio, não enviava o filho para Évora apenas para aprender, com os mestres e condiscípulos jesuítas, letras e virtudes — ;no íntimo aspirava a vê-lo um dia envergar a humilde roupeta, que êle próprio desejara, mas debalde, vestir!».

A Companhia escolheu para D. António mestres afamados pelo saber e virtude, como João de Olmedo, o doutor Pedro Margalho

e Fr. Bartolomeu dos Mártires. E foi ainda em Évora que seu tio, o cardeal D. Henrique, lhe conferiu as ordens de diácono.

Mas a morte de seu pai, ocorrida em 1555, obrigou-o a partir dessa cidade para tomar posse do priorado do Grato, onde permaneceu quatro anos, durante os quais as suas relações com os jesuítas parece terem continuado a ser cordeais. Não obstante, ao contrário do que aconteceu com os cruzios, cuja amizade sempre se conservou fiel, os jesuítas vieram a ser mais tarde, como acentua M. B., «dos mais decididos adversários que encontrou na sua heroica luta pela conquista do trono português».

É conhecida a hostilidade que D. Henrique passou a nutrir pelo sobrinho, hostilidade que M. B., baseado no estudo do Duque de Alba, atribui à sua recusa de receber as ordens maiores.

Quanto não teria contribuído esta circunstância, aparentemente anodina, para os destinos de Portugal!

Segue-se a transcrição, em apêndice, de trinta e cinco documentos, número este que se eleva consideravelmente se se contarem tambe'm os já transcritos no corpo da obra.

M. B. tem o propósito de nos dar, com absoluta fidelidade, os textos na sua forma original. Por isso, só desdobra abreviaturas ou interpreta sinais «por falta de tipo especial».

É louvável a preocupação a que este método obedece, mas nem por isso podemos deixar de a considerar excessiva e por vezes até contra-producente, pois a composição tipográfica pode atraí-la a cada momento.

Entendemos, por outro lado, que a publicação em caracteres tipográficos se faz para facilitar a leitura dos textos, tanto mais que, se se quiser dar a idéia perfeita da grafia original, há o recurso à gravura. De facto, para quê compor «p^{or}» em vez de «por», ou «jpar^a» em vez de «para», e «out^{ro}» em vez de «outro»? Para quê conservar as abreviaturas «alüz» em vez de «alvarez», «out^{os}» (2) em vez de «outros»? Porque é que «para» aparece assim, «*par**1», em itálico? Por outro lado mantem-se abreviaturas cuja resolução requer mesmo uns momentos de atenção, como «pnte», em vez de «presente». Também não sabemos por-

(2) Não compreendemos porque é que *os* estão em itálico, pois, se se trata de um sinal abreviativo que se interpreta, devia estar antes *ros*.

que é que o sinal geral de abreviação, que a maior parte das vezes tem a forma dum til (~), aparece representado também por um traço (—) colocado sobre a palavra: assim «ds» (deus) a par de «q», (que).

Parecemos que os inconvenientes dêste sistema estão longe de compensar as pequenas vantagens que, porventura, dêle possam advir.

Mas com esta observação não quisemos de modo nenhum diminuir o mérito de uma obra que não carece de louvores para se impor pelo rigor e pela solidez que a caracterizam. O Prof. Mário Brandão não esquece nenhum pormenor, nem nenhum elemento de prova, que utiliza com verdadeiro espírito crítico. Por isso, a-pesar de os trabalhos históricos serem por natureza revisíveis, tem a obra do Dr. Brandão uma solidez que impressiona.

TORQUATO DE SOUSA SOARES